

As características setoriais e a distribuição espacial da indústria paulista na década de noventa: desconcentração, desindustrialização ou concentração?

Miguel Matteo
Fundação SEADE-SP
e-mail - mimatteo@seade.gov.br

Jorge R. B. Tapia
Instituto de Economia (IE)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
e-mail - bitapia@eco.unicamp.br

RESUMO

O argumento central desenvolvido neste artigo afirma que a trajetória da indústria paulista na década de noventa moveu-se no sentido de uma “desconcentração concentrada”, marcada pela forte predominância da região metropolitana de São Paulo (aí incluída a região do ABC) e as regiões que compõem o seu entorno (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba). Para efeitos da análise, tomaremos a situação da indústria no Estado de São Paulo, tendo como referência o ano de 1996, sendo que para isso nos apoiaremos no amplo e cuidadoso levantamento realizado pela Fundação Seade, na Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

Introdução

Na agenda recente das transformações econômicas ocorridas no Brasil, a problemática da dinâmica inter-regional, associada ao movimento do capital no espaço, ocupa um lugar de destaque, embora por vezes certas afirmações sejam difundidas sem a necessária afinidade com os dados empíricos disponíveis.

Dois temas bastante relevantes nessa discussão são, de um lado, o da possível existência de um processo de desconcentração regional, embora limitado, a favor de regiões menos favorecidas e, de outro, os impactos do processo de globalização capitalista sob a dinâmica interregional brasileira, incluindo-se aí as mudanças em curso no núcleo industrial mais dinâmico, o Estado de São Paulo.

É neste Estado que, a partir dos anos 30, ocorre um crescimento diversificado de

sua agricultura e de sua indústria, iniciando o processo de integração do mercado nacional. A partir daí, sua indústria cresce a um ritmo intenso (com médias superiores à nacional), concentrando parcelas crescentes do PIB nacional.

Entre 1970 e 1985, começa, com a maturação da nossa matriz industrial, um processo de desconcentração da indústria paulista, com a implantação de pesados investimentos fora do Estado (hidrelétricas, siderúrgicas, químicos e petroquímicos) ou para regiões fora do espaço metropolitano. A crise na produção industrial no final deste período afeta com maior intensidade a indústria paulista, incrementando o processo de desconcentração.

A partir daí, contudo, há um arrefecimento deste processo: a forma como vem se dando a inserção da economia brasileira no mercado globalizado e a política de atração de investimento direto estrangeiro reforçam as assimetrias existentes entre as regiões, beneficiando aquelas que apresentem maiores vantagens competitivas. Este quadro, combinado com a ausência de políticas regionais de âmbito nacional, segundo a nossa visão, parecem reforçar a tendência a uma concentração espacial.

Evidentemente, neste trabalho não é possível tratar de maneira detalhada o estado da arte do debate brasileiro em torno dos temas mencionados acima. Assim, a estratégia escolhida para a exposição será enunciar de maneira estilizada os principais argumentos, sem a preocupação de maior explicitação dos autores.

O argumento central desenvolvido neste artigo afirma que a trajetória da indústria paulista na década de noventa moveu-se no sentido de uma “desconcentração concentrada”, marcada pela forte predominância da região metropolitana de São Paulo e as regiões que compõem o seu entorno (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba).

Duas ordens de fatores parecem explicar esse movimento de concentração. A primeira, de natureza mais geral, está associada à estratégia de inserção internacional adotada pelo Brasil ao longo da década, à política de incentivo ao investimento estrangeiro direto e ao abandono de políticas regionais de âmbito nacional. A segunda ordem está ligada aos fatores de atração locacional, presentes nos 90, como a densidade da rede urbana, da infra-estrutura viária dessas regiões e a intensidade dos fluxos associada à redução dos custos de transporte propiciada pela localização em áreas próximas à RMSP, que se somam à proximidade ao grande mercado

consumidor da metrópole.

Para efeitos da análise, tomaremos a situação da indústria no Estado de São Paulo, tendo como referência o ano de 1996, sendo que para isso nos apoiaremos no amplo e cuidadoso levantamento realizado pela Fundação Seade, na Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

O trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira, apresentamos as principais características da indústria paulista na década de noventa. Na segunda, examinamos a evolução da indústria a partir da sua distribuição espacial, sublinhando o caráter concentrado da mesma. A seguir, na terceira seção, examinamos a dinâmica do investimentos industriais, incluindo-se aí, além dos dados fornecidos pela Paep, aqueles do Guia de Investimentos do Estado de São Paulo. Finalmente, a título de conclusões, retomamos os principais resultados do trabalho.

1. As características da Indústria do Estado de São Paulo nos Anos Noventa

A implementação de reformas estruturais e a revisão do modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico nacional exigiu, da indústria de transformação brasileira, nos últimos anos, esforços substanciais para adaptação ao novo ambiente regulatório e concorrencial. Para a indústria paulista, em particular, caracterizada pelo seu elevado grau de integração produtiva e avançado parque tecnológico instalado, o processo de ajuste se deu de forma mais intensa que para outras regiões do país.

Embora as informações econômicas mais recentes apontem para a manutenção da importância da indústria paulista no cenário nacional, alguns setores sofreram os efeitos desse processo com maior intensidade, sobretudo aqueles intensivos em mão-de-obra.

Como é sabido, a indústria brasileira vem passando, nos últimos 30 anos, por um processo de desconcentração regional de suas atividades, diminuindo a importância do eixo Rio - São Paulo, e expandindo seus limites para outros estados da Federação. No caso de São Paulo, a desconcentração deu-se mais em relação ao município e à RMSP, favorecendo as regiões do interior do estado. Esse movimento teve como determinantes, dentre outros fatores, as políticas do governo federal, dos anos 70 e 80, de direcionamento dos investimentos industriais para regiões periféricas da economia brasileira, de acordo com as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e

II).

Durante os anos 80, o processo de desconcentração ganha impulso maior ao se associar à crise recessiva que se instala, atingindo de maneira mais expressiva o Estado de São Paulo, (que na época concentrava mais de dois terços da indústria nacional de bens de capital), dadas as relações mais intensivas de interdependência entre as divisões da indústria. É, também, nesse período que os investimentos federais em outros estados da federação(e no interior paulista) atingem o seu grau de maturação.

No início dos anos 90, a indústria paulista apresentava, basicamente, os mesmos níveis de produção do início da década anterior. Como documentado por vários estudos, o novo ambiente macroeconômico marcado, de um lado, por uma rápida e pouco coordenada abertura e desregulamentação e, de outro, pelo comportamento errático da economia, aos quais se acoplou um movimento de reestruturação produtiva, estabeleceu novos parâmetros de funcionamento para as empresas industriais, implicando na racionalização das suas estruturas e introdução de novas formas de gestão, com fortes impactos no emprego industrial.

Nos últimos anos dos noventa, com a consolidação do processo de abertura econômica, diferentes impactos puderam ser notados. Se é verdade que a estabilização econômica trouxe um novo alento à atividade produtiva, especialmente nos setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis, alguns segmentos passaram a sofrer acirrada concorrência com produtos importados, o que promoveu retrações na sua produção física total e, conseqüentemente, se refletiu em menores participações na estrutura produtiva paulista. Por outro lado, a concorrência interestados, também conhecida como guerra fiscal, por novos investimentos industriais, com a outorga de incentivos, vem promovendo algumas alterações no quadro da distribuição espacial da indústria no território brasileiro.

Entretanto, não houve uma desconcentração significativa, em termos de valor adicionado, como pareciam supor as tendências apontadas pela literatura na década de oitenta. Afinal, como mostra estudo do Departamento de Indústria da Fundação IBGE, ao comparar os dados da Pesquisa Industrial Anual de 1996 com o Censo Industrial de 1985, a participação da indústria paulista no Valor da Transformação Industrial do Brasil ficou praticamente estável, entre 1985-1996: passa de 52%, em 85, para 51%, em 96. Em termos de pessoal ocupado, contudo, a participação de São

Paulo, que era de 47% em 1985, caiu para 42% em 1996.

No grupo dos setores da indústria que sofreram perdas expressivas na sua participação estão: o fumo que passou de 16%, em 1985, para 6%, em 1996, calçados que de 30% passou para 23%, a metalurgia básica, que diminuiu de 37% para 31%, a fabricação de produtos de metal que de 63% caiu para 56%, máquinas e equipamentos que de 69% passou para 62%, fabricação de material eletrônico que de 56% caiu para 50%, de veículos automotores de 82% para 74% e móveis e indústrias diversas cuja queda foi de 59% para 43%.

Assim como a redução de participação foi expressiva nos setores que perderam, ela também o foi naqueles setores da indústria que aumentaram sua participação. No grupo de setores que cresceu, no mesmo período, destacamos os setores de edição, impressão e reprodução de gravações, que cresceu de 49% para 58%, de fabricação de minerais não-metálicos, que passou de 35% para 43%, e de fabricação de equipamentos de informática, cujo salto foi ainda maior, de 49% para 65%. No caso dos demais setores da indústria, as variações na participação do VTI paulista no Brasil são pouco expressivas, inclusive em setores tradicionalmente importantes como o alimentício e o químico.

Muito modesto foi, no mesmo período, o crescimento do pessoal ocupado na indústria paulista. Quando a participação da indústria paulista é medida por esta variável, verifica-se que apenas 4 setores tiveram crescimento, ainda assim discretos - edição e impressão, minerais não-metálicos, equipamentos de informática e veículos automotores. Ao mesmo tempo, houve uma queda, por vezes acentuada, em todos os demais setores. Esses dados parecem confirmar os resultados das pesquisas sobre evolução do emprego na indústria paulista na década de noventa, que apontam para o impacto negativo sobre o emprego, sobretudo industrial, da combinação de recessão prolongada com reestruturação produtiva e inserção internacional baseada na estabilidade do câmbio e estímulo à internacionalização da economia brasileira.

Os dados da Paep mostram que, em 1996, a indústria paulista apresentava uma estrutura complexa, cujas principais divisões eram as de produtos químicos, de alimentos, automobilística (inclusive auto-peças), de máquinas e equipamentos e de edição, impressão e gravações, responsáveis por 55% de todo o valor adicionado pela indústria no Estado de São Paulo e por 42% do pessoal ocupado.

Cumprе sublinhar que a composição da estrutura industrial paulista não apresenta

alterações substanciais em relação à revelada por antigas pesquisas do IBGE, à exceção da indústria editorial e gráfica, que tornou-se recentemente uma das cinco maiores do Estado em termos de valor adicionado. Essa performance está ligada não apenas ao efetivo crescimento da atividade editorial (jornais, revistas e livros de material didático, sobretudo), mas também à alteração de ordem estatística introduzida, em 1994, na Classificação Nacional da Atividade Econômica, que trouxe para o interior desta divisão da indústria todas as atividades de edição e gravação de CDs (de música e de informática) e disquetes, cuja produção também evoluiu positivamente.

Por outro lado, o complexo metal-mecânico tem mantido um lugar importante, no conjunto da economia paulista, sobretudo em valor adicionado, apesar dos impactos negativos produzidos pela trajetória errática da economia sobre a divisão de máquinas e equipamentos. Enquanto isso, as divisões química e alimentos, a primeira com maior grau de concentração na metrópole e entorno, e a segunda valendo-se da integração com a agropecuária, respondem por mais de um quarto do valor adicionado do Estado e por quase um quinto dos empregos.

Em nítido contraste com o complexo metal-mecânico, química e alimentos, as indústrias de produtos de metal, têxtil e do vestuário têm pequena expressão em termos de valor adicionado, exprimindo uma baixa produtividade; embora seja expressiva sua participação no número de unidades e de pessoal ocupado.

É interessante notar a pequena participação das divisões industriais tidas como fundamentais no novo paradigma tecnológico, chamadas de “intensivas em conhecimento”, ou seja, as de material elétrico e telecomunicações, de material eletrônico, de equipamentos médicos, óticos, de precisão e automação e de máquinas de escritório e equipamentos de informática, que, somadas, representam 7% do pessoal ocupado e 9% do valor adicionado da indústria paulista. Essas divisões, que têm relevância estratégica para a inserção num novo paradigma tecnológico, têm uma pequena relevância econômica na estrutura industrial paulista, mas concentram mais da metade da produção brasileira no setor, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual, de 1996.

Tabela 1

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado,
segundo Divisão da Indústria
Estado de São Paulo

Divisão da Indústria	Número de Unidades	Em porcentagem	
		Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
Produtos Químicos	5,1	7,1	14,1
Alimentos e Bebidas	12,1	12,4	12,9
Automobilística	2,6	8,3	11,4
Máquinas e Equipamentos	6,6	9,4	9,9
Edição, Impressão, Gravações	5,9	4,4	6,9
Borracha e Plástico	6,1	6,6	5,7
Produtos de Metal (exclusive máquinas e equipamentos)	9,5	7,5	5,2
Têxtil	5,0	6,8	4,4
Minerais Não-Metálicos	6,4	4,9	4,0
Metalurgia Básica	2,9	3,7	3,9
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	1,1	2,0	3,7
Papel e Celulose	2,3	3,3	3,6
Materiais Elétricos	2,7	3,6	3,4
Vestuário e Acessórios	14,0	6,6	2,4
Móveis e Indústrias Diversas	8,0	4,8	2,2
Refino de Petróleo e Alcool	0,3	1,4	1,2
Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão	1,3	1,1	1,1
Couro e Calçados	3,4	3,0	1,0
Fumo	0,0	0,1	0,9
Outros Equipamentos de Transporte	0,5	0,8	0,7
Indústria Extrativa	1,6	0,8	0,6
Madeira	2,2	1,1	0,5
Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática	0,3	0,3	0,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

O dinamismo da estrutura industrial do Estado de São Paulo, visto pelo ângulo do porte de suas unidades, mostra-se fortemente concentrado na grande indústria: 83% do valor adicionado pela atividade industrial paulista é produzido nas unidades com mais de 100 pessoas ocupadas sendo 58% naquelas com mais de 500 empregados. Essa concentração é ligeiramente atenuada quando se analisa o pessoal ocupado e inverte-se quando se analisa o número de unidades locais: 82% das unidades possuem menos de 100 pessoas ocupadas.

Tabela 2

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado,
segundo Faixas de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo
1996

Faixas de Pessoal Ocupado	Número de Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Em porcentagem
			Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
5 a 29	64,9	17,0	7,6
30 a 99	17,3	16,7	9,8
100 a 249	7,0	15,4	12,2
250 a 499	3,4	12,5	12,1
500 e mais	7,4	38,3	58,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da
Atividade Econômica Paulista – Paep.

A interiorização do desenvolvimento, em consonância com o que já vinha acontecendo nas décadas anteriores, ocorre cada vez mais concentrada espacialmente, localizando-se sobretudo num raio de aproximadamente 150 km a partir do centro da RMSP, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, que, em conjunto com a RMSP, representam 82% do total de unidades industriais, 85% do pessoal ocupado e 90% do valor adicionado da indústria do Estado.

Tabela 3

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado,
segundo Região Administrativa
Estado de São Paulo
1996

Região Administrativa	Número de Unidades	Pessoal Ocupado	Em porcentagem
			Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
Metropolitana de São Paulo	56,9	56,8	60,4
<i>Município de São Paulo</i>	40,3	33,0	33,1
<i>Municípios do ABC</i>	6,6	11,3	13,8
<i>Demais Municípios da RMSP</i>	9,9	12,5	13,5
Campinas	14,8	16,9	16,1
São José dos Campos	3,2	4,4	6,5
Sorocaba	5,8	6,0	5,2
Ribeirão Preto	2,1	2,3	2,2
Santos	1,3	1,1	2,1
Central	2,4	2,4	1,9
Bauru	2,1	2,6	1,4
São José do Rio Preto	3,2	2,0	1,0
Barretos	0,6	0,5	0,8
Franca	2,1	1,5	0,6
Araçatuba	1,6	1,4	0,6
Marília	2,0	1,2	0,6
Presidente Prudente	1,4	0,8	0,4
Registro	0,4	0,2	0,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

A trajetória de desconcentração metropolitana ocorrida nas décadas de setenta e oitenta, foi largamente determinadas pelos “custos de aglomeração”, expressos na saturação da infra-estrutura de transporte, pela valorização imobiliária, pelas restrições impostas pela legislação ambiental, assim como pelos maciços investimentos estatais em infraestrutura energética e de transportes, pelo crescimento da agroindústria da cana (Próalcool) e da laranja (voltado à exportação), reconhecidamente fatores indutores do crescimento industrial no interior paulista. Esse movimento de desconcentração foi ainda ampliado na década de oitenta, em consequência da crise vivida pelo aparato produtivo da Metrópole.

A esses fatores, nos anos noventa, entretanto, se somam novos na definição da localização industrial das empresas, levando a que as escolhas recaiam preferencialmente nas Regiões Administrativas situadas no entorno da RMSP. Além da proximidade ao grande mercado consumidor da Metrópole se constituir num dos principais determinantes da localização de indústrias nestas regiões, a densidade da malha urbana, da infra-estrutura viária dessas regiões e a intensidade dos fluxos associada à redução dos custos de transporte propiciada pela localização em áreas

próximas à RMSP, acabaram criando uma extensa região econômica.

2. A distribuição regional das principais divisões da Indústria nos noventa

Na seção anterior, caracterizamos a estrutura industrial paulista, privilegiando, em termos analíticos, as configurações setoriais, ou seja, das suas principais divisões, embora tenhamos introduzido a distribuição espacial desse conjunto de atividades industriais.

À luz da análise do item anterior, podemos caracterizar a indústria do Estado de São Paulo dividida em 3 grandes regiões produtivas distintas: a Região Metropolitana de São Paulo, com a sua vasta complexidade, em que preponderam o município de São Paulo e a região do ABC, responsável por 60% de toda a geração de valor da indústria paulista; a do entorno da metrópole, composta pelas Regiões Administrativas de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos, que se integra ao espaço produtivo metropolitano de maneira fortemente articulada, com cerca de 30% do valor adicionado estadual; e as demais regiões do interior do Estado, onde, em geral, a agropecuária é a base motora da indústria, e que representa apenas 10% do valor adicionado pela indústria paulista.

Pelas suas peculiaridades, serão detalhadas, neste artigo, a Região Metropolitana de São Paulo (e a do ABC, em particular), pela importância para a economia brasileira e a Região de São José dos Campos, como representante do entorno metropolitano, onde a estrutura é marcada pela forte presença de setores intensivos em capital, articulada à Região Metropolitana.

Região Metropolitana de São Paulo

No que se refere aos aspectos regionais, ao contrário do que se crê comumente, nota-se que é forte a presença da atividade industrial na Região Metropolitana de São Paulo, que mantém alta sua participação relativa na produção industrial do Estado, com 60% do valor adicionado. E mais, é marcante a presença nesta região, daquelas divisões que formam a matriz dinâmica da indústria de transformação nacional: os complexos metal-mecânico, eletro-eletrônico e de comunicações e petroquímico (borracha e material plástico).

Em nítido contraste com as afirmações sobre um movimento irreversível de esvaziamento econômico da Região Metropolitana de São Paulo, observamos que a participação do município de São Paulo é extremamente importante, em qualquer

variável analisada (um terço de todo o valor adicionado pela indústria paulista e do pessoal ocupado estão na Capital), enquanto a participação do ABC e dos demais municípios da RMSP é mais importante em termos de valor adicionado que em pessoal ocupado e em número de unidades instaladas.

A estrutura industrial da Região Metropolitana de São Paulo mostra-se bastante diversificada e, pelo seu peso, é semelhante à do total do Estado. As diferenças marcantes são a menor participação da divisão de alimentos e bebidas, dada a importância desta divisão para o interior do Estado, e maior participação da de edição, impressão e reprodução de gravações.

Gráfico 1

Região do ABC

A região do ABC, que concentra mais de 13% do valor adicionado pela indústria paulista, compreende sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra –, e sua indústria está basicamente concentrada na produção automobilística, que inclui o setor de autopeças, tanto em valor adicionado quanto em pessoal ocupado. Além da sua importância na região, o valor adicionado desta divisão, no ABC, corresponde a quase metade do total gerado pela indústria automobilística no Estado.

Apesar disso, sua estrutura compreende uma variada atividade industrial, sendo algumas tributárias da indústria automobilística, outras ligadas ao potencial de consumo da região. No primeiro caso, com participação expressiva no valor adicionado, estão as divisões de máquinas e equipamentos, produtos de borracha e plástico, produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) e metalurgia básica, também fazendo parte do complexo automobilístico, por contribuírem com peças, componentes e insumos.

É também grande a expressão da indústria química no ABC, com mais de 15% do valor adicionado e 10% dos empregos na região. Estudos recentes apontam para a complementaridade entre as indústrias petroquímica, de embalagens e de alimentos, ligadas ao alto poder de consumo do mercado local.

O município com maior número de empregos industriais no ABC é o de São Bernardo do Campo, principalmente na divisão de veículos automotores, mas também em produtos químicos, máquinas e equipamentos. Em seguida aparecem os municípios de Diadema (borracha e plástico, produtos de metal e máquinas e equipamentos), Santo André (metalurgia básica, borracha e plástico e veículos automotores) e São Caetano do Sul (veículos automotores). Um pouco menores mas também importantes são os municípios de Mauá (veículos automotores, produtos químicos e minerais não-metálicos) e Ribeirão Pires (produtos de metal e outras indústrias).

Os indicadores de tecnologia da indústria do ABC mostram-se bastante superiores aos da média estadual, inclusive para os segmentos de baixa intensidade tecnológica, o que, se, por um lado,

parece indicar maior competitividade das empresas locais, por outro, também tem significado um menor número de pessoas ocupadas. Como o desempenho inovativo está centrado nas grandes empresas, e essas são aquelas em que os postos de trabalho são de melhor qualidade, há uma diminuição destes postos de trabalho e um crescimento daqueles mais precários, principalmente no setor de serviços.

Gráfico 2

Distribuição do Valor Adicionado e do Pessoal Ocupado, por Divisão da Indústria

Região do ABC

1996

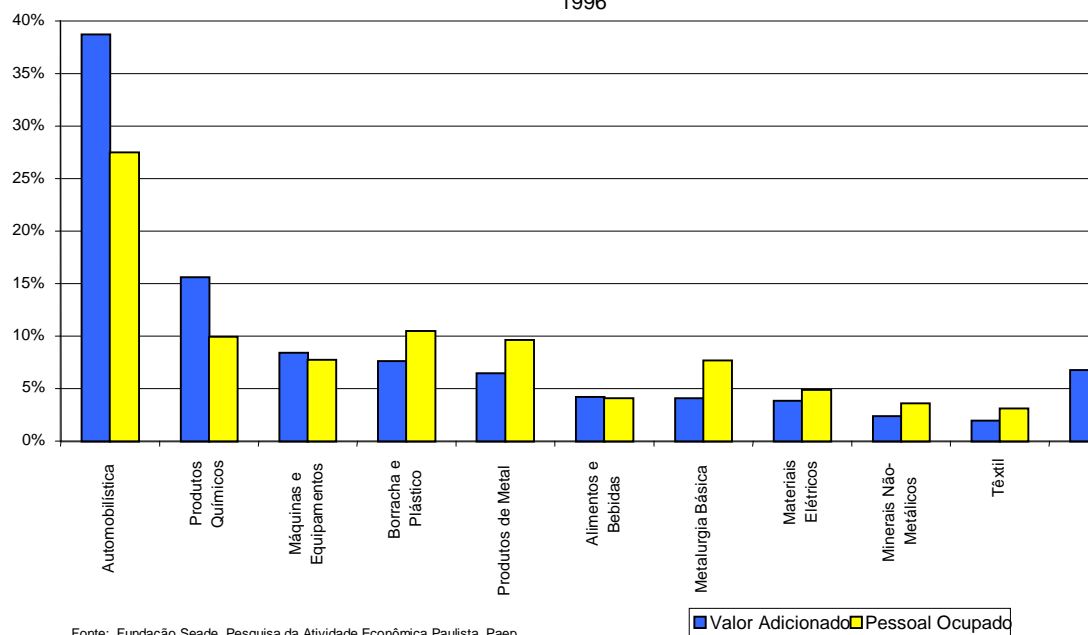
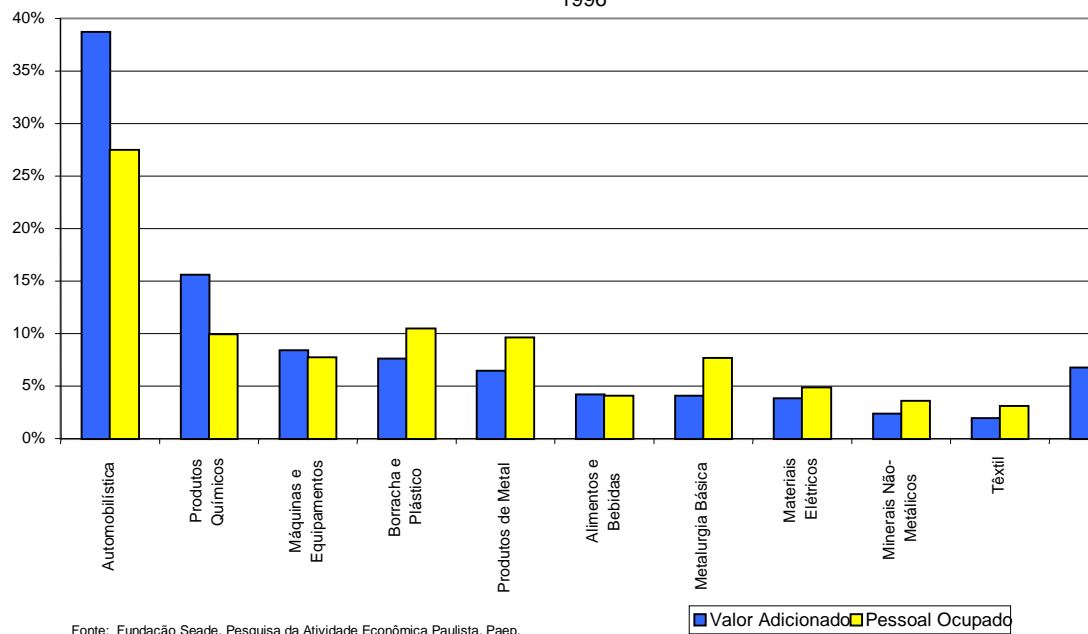


Gráfico 2

Distribuição do Valor Adicionado e do Pessoal Ocupado, por Divisão da Indústria

Região do ABC

1996



Esses dados, aliados aos da complexa estrutura da região, indicam que a questão central da indústria da região do ABC não está centrada na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas da incapacidade da atividade industrial estar gerando empregos, sobretudo os de

qualidade.

Região Administrativa de São José dos Campos

A Região Administrativa de São José dos Campos apresenta a particularidade de ter sua estrutura industrial direcionada para segmentos intensivos em capital e em tecnologia. A divisão mais importante é a de veículos automotores, com unidades das três grandes montadoras instaladas no Estado, só perdendo em participação nesta divisão ao ABC. A indústria química ocupa a segunda posição em importância regional, tanto em valor adicionado quanto em pessoal ocupado.

O perfil tecnológico da região fica evidente pela importante participação de divisões da indústria, cuja produção é intensiva em conhecimento, como as de material eletrônico e equipamentos de comunicação, outros equipamentos de transporte (que inclui aviões) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios.

Gráfico 3

O município mais importante no emprego industrial é o de São José dos Campos, com quase metade dos empregos da região, principalmente nas divisões de veículos automotores, de material eletrônico e aparelhos de comunicação e outros equipamentos de transporte. Em seguida aparece o município de Taubaté, na divisão de veículos automotores e o município de Jacareí, em alimentos, química e produtos têxteis.

3. A Dinâmica dos Investimentos Industriais nos Anos 90

Neste item vamos utilizar para a análise da dinâmica dos investimentos industriais

no Estado de São Paulo as duas fontes disponíveis para verificar a manutenção das características descritas nas seções anteriores ou indicar indícios de modificações nas condições encontradas para o período 1990-1996.

A Paep perguntou às empresas multilocais se elas abriram novas unidades produtivas neste período, e, em caso afirmativo, em qual região, cujas as respostas estão apresentadas na tabela 6. Por ela, se verifica que as empresas de pequeno porte foram as que mais abriram novas unidades neste período, embora com participações modestas, seja no valor adicionado, seja no pessoal ocupado. As grandes empresas, com pequena participação no número de unidades, apresentam a grande maioria da participação em valor adicionado e em pessoal ocupado. Com relação ao total da indústria, nota-se que, apesar da importância relativa das empresas de pequeno porte, verifica-se que apenas pouco mais de 1% dessas empresas abriu novas unidades entre 1990 e 1996, enquanto quase 1/3 das grandes abriu novas unidades neste período. Quando a análise é feita sob a ótica do valor adicionado ou do pessoal ocupado, é marcante a participação das grandes empresas, mesmo em relação à sua participação no total da indústria.

Tabela 6

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado das Empresas que Instalaram Novas Unidades entre 1990 e 1996 e Participação no Total da Indústria Paulista, segundo Faixa de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo
1996

Faixas de Pessoal Ocupado	Empresas que Instalaram Novas Unidades entre 1990 e 1996	em porcentagem				
	Nº de Empresas	Valor Adicionado	Pessoal Ocupado	Participação no Total da Indústria	Valor Adicionado	Pessoal Ocupado
Total	100,0	100,0	100,0	3,1	22,5	15,9
5 a 29	28,2	0,6	1,4	1,2	1,7	1,3
30 a 99	29,1	2,8	5,5	5,3	6,4	5,1
100 a 249	17,6	5,8	9,5	10,0	10,7	9,6
250 a 499	9,7	9,5	10,7	15,0	17,7	13,5
500 e mais	15,4	81,3	72,9	27,6	31,4	31,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep.

Chama a atenção a distribuição regional dessas unidades: contrariamente ao que é

voz corrente, é a Região Metropolitana de São Paulo a localização preferencial das unidades das empresas que abriram novas unidades locais, seguida pelo interior do Estado de São Paulo e, mais atrás, os outros estados do Brasil. O exterior aparece com participação muito pequena, embora o Mercosul tenha apresentado quase o dobro das implantações que o restante do exterior.

Quando se analisam esses dados por porte de empresas, verifica-se que as grandes empresas têm um comportamento bastante diferenciado, privilegiando a implantação de unidades locais no interior de São Paulo e em outros estados, vindo a Região Metropolitana de São Paulo a seguir (embora com uma participação expressiva). Esses dados indicam que as grandes empresas abrem novas unidades em muitas regiões, de São Paulo e do Brasil, enquanto as de porte médio e pequeno priorizam o Estado de São Paulo, e sobretudo a RMSP.

Tabela 7

Distribuição das Unidades Industriais Implantadas pelas Empresas da Indústria Paulista, por Região de Implantação, segundo Faixa de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo
1996

Faixas de Pessoal Ocupado	Regiões de Implantação das Unidades Locais					em porcentagem Total
	Metropolitana de São Paulo	Interior de São Paulo	Outros Estados	Mercosul	Exterior	
Total	43,9	38,8	15,0	1,4	0,8	100,0
5 a 29	62,7	33,6	3,7	-	-	100,0
30 a 99	48,4	43,5	8,1	-	-	100,0
100 a 249	40,9	41,2	17,2	-	0,7	100,0
250 a 499	26,6	43,3	27,5	2,6	-	100,0
500 e mais	23,6	34,5	32,1	6,1	3,6	100,0

Fonte: Fundação
Sistema
Estadual de
Análise de
Dados – Seade.
Pesquisa da
Atividade
Econômica
Paulista - Paep.

O panorama oferecido pelos dados da PAEP retrata de maneira adequada a evolução da estrutura industrial paulista entre 1990 e 1996; ficam, porém, interrogações sobre o que pode ter ocorrido no período seguinte. Como sabemos, não dispomos de pesquisas para o período 1996-1999 com a mesma abrangência e metodologia adotada pela PAEP. Em vista disso, vamos utilizar como uma proxy os dados do Guia de Investimentos do estado de São Paulo para a cobrir a ausência de

dados da PAEP para o período 1997-1999.

Para efeitos de análise, vamos considerar que a distribuição dos investimentos por divisões da indústria e por regiões permite verificar a manutenção das características descritas nas seções anteriores ou indicar modificações nas condições encontradas para o período 1990-1996.

Os investimentos do período 1995-98 chegam a cerca de US\$ 70 bilhões, enquanto para o ano de 1999 estavam previstos cerca de US\$ 14 bilhões. Os investimentos na atividade industrial, no primeiro período, somavam US\$ 34 bilhões, ou 49% do total, enquanto para o ano de 99 somavam US\$ 5,6 bilhões (40% do total). A Região Metropolitana de São Paulo encabeça a lista das regiões do Estado que receberam o maior volume de investimentos industriais: US\$ 8,9 bilhões no período 1995-98 (26,3% do total do período) e US\$ 2,5 bilhões em 1999 (44,3% do total do ano).

As Regiões Administrativas de Campinas e de São José dos Campos se apresentam como as de maior volume de investimentos do interior, nos dois períodos considerados: 24% e 19% do total de investimentos foram direcionados para a RA de Campinas nos períodos 1995-98 e 1999, respectivamente, e 22% e 23% dos investimentos foram direcionados, nos mesmos períodos, para a RA de São José dos Campos. Se adicionarmos a estas regiões as Regiões Administrativas de Santos e de Sorocaba, verifica-se que este conjunto territorial (RMSP e seu entorno) concentrava, no período 1995-98, 84% dos investimentos industriais do Estado, enquanto para o ano de 1999 esse percentual sobe para 91%.

Tem-se, pela distribuição espacial das intenções de investimentos diretos externos, a confirmação do movimento de “desconcentração concentrada” da atividade industrial no Estado beneficiando, inclusive, diversos municípios da Região Metropolitana, principalmente Guarulhos, São Bernardo, São Caetano e Barueri.

4. Conclusões

A análise desenvolvida nas seções anteriores mostrou que dificilmente algumas afirmações bastante propagadas, como o esvaziamento da região metropolitana de São Paulo e a desconcentração da indústria em direção ao interior e outras regiões do país encontram sustentação nos dados empíricos disponíveis sobre sua evolução nos anos noventa. Como demonstramos, a indústria continua tendo um papel fundamental na dinâmica econômica do estado, mesmo na RMSP, e sua configuração espacial

apresenta uma nítida tendência à concentração.

Sistematizando os principais resultados deste trabalho, podemos avançar cinco conclusões gerais.

Primeiro, o papel da Região Metropolitana de São Paulo ainda continua expressivo, gerando 60% da riqueza produzida pela indústria paulista, tendo uma estrutura industrial complexa, que continua respondendo pelo pólo dinâmico da indústria nacional. Os setores mais intensivos em conhecimento (equipamentos de informática, material eletrônico e equipamentos de automação) têm pequena importância na estrutura regional, mas representam parcela substantiva desta indústria, seja em relação ao Estado, seja em relação ao País. As indústrias tidas como tradicionais (alimentos, têxteis e vestuário), em que pese a atratividade de outras unidades da federação, ainda têm uma expressiva participação na indústria paulista, em valor adicionado (para a de alimentos) e em pessoal ocupado;

Segundo, a região do ABC continua com uma participação importante na estrutura industrial do Estado, sobretudo nos setores mais intensivos em capital, mas com um ritmo de geração de empregos que não apresenta a mesma importância. É importante evitar a idéia (muito presente, sobretudo na mídia) de “desindustrialização” do ABC, porque há um nítido descolamento das curvas de produção e emprego industriais. A maior incidência de indústrias com grande conteúdo tecnológico na região confere maior possibilidade de aquisição de vantagens competitivas, mas pressiona a mão-de-obra, limitando os postos de trabalho de melhor qualificação, e suprimindo os de menor qualificação, que são absorvidos apenas em parte pelo setor serviços;

Terceiro, o município da Capital ainda responde, sozinho, por 1/3 da produção industrial paulista, com destaque para os setores intensivos em conhecimento. É o caso expressivo da divisão de edição e impressão, que é o que mais agrega valor na estrutura industrial do município de São Paulo, e que representa 2/3 da divisão no Estado. No entanto, deve-se ressaltar que não é apenas nos setores mais modernos da indústria que a importância da Capital está presente, pois o setor de confecção e artigos do vestuário representa 58% do pessoal ocupado da divisão no Estado e 73% do seu valor adicionado;

Quarto, a indústria do interior do Estado limita-se quase que exclusivamente a regiões que circundam a Região Metropolitana, formando com ela um espaço produtivo ampliado e integrado. A interiorização do desenvolvimento não é

disseminada pela totalidade do território paulista, mas limitada às regiões que já possuíam as condições iniciais de desenvolvimento industrial (sobretudo aquelas com concentração do capital cafeeiro) e que estivessem articuladas, através de infraestrutura adequada, à Região Metropolitana de São Paulo, excluindo as demais regiões do interior deste complexo industrial. Assim, a industrialização dessas regiões não deve ser entendida como uma alternativa à da RMSP, mas como uma integração ao espaço produtivo da metrópole;

Quinto, a tendência dos investimentos industriais em São Paulo aponta para a manutenção dessa configuração espacial, privilegiando as áreas em que a indústria paulista se mostra mais dinâmica, e excluindo as demais áreas do interior paulista. Deixando as decisões de investimento em plantas industriais ao sabor do mercado, a tendência à concentração num espaço produtivo amplo, mas limitado, excluindo vastas áreas do território paulista, parece ser inexorável.

Para finalizar, dois aspectos problemáticos decorrentes da evolução da indústria paulista, na década de noventa, são: a clara redução na capacidade de geração de empregos e o reforço das vantagens comparativas das regiões mais dinâmicas. Portanto, o desafio colocado não está nos riscos da desindustrialização da ABC ou da Região Metropolitana de São Paulo, mas sim em desenhar políticas regionais inovadoras, voltadas não só para criação de condições sistêmicas favoráveis à competitividade das empresas, mas também para estimular o emprego.

Bibliografia

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ABC, Caderno de Pesquisa n. 2 – A atividade econômica nos anos 90 no grande ABC - Reestruturação e inovação na indústria. Fev. 2000.

ARAÚJO, M. F. I., “Mapa da estrutura industrial e comercial do Estado de São Paulo”. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 13, n. 1-2, pg.40-52, Fundação Seade, São Paulo, mar. 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Caderno 11 – Indústria, da série Cadernos do Fórum Século XXI, (www.alsp.gov.br).

CANO, W. (coord.). *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade/Unicamp, 1992;

CANO, W. “Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil”. Economia e Sociedade n 8, pg. 101-41, Campinas, jun. 1997

CANO, W. *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo*

(1920-1980). São Paulo, Fundação Seade/Unicamp, 1988;

CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Alianza Editorial. Madrid, 1995.

COMPANS, Rose. “O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local.”. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais n. 1, 1999.

EQUIPE TÉCNICA DA PAEP. “Pesquisa da Atividade Econômica Paulista: uma metodologia de produção de dados e conhecimento”. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 13, n. 1-2, pg 23-39, Fundação Seade, São Paulo, mar. 2000..

GUIA DE INVESTIMENTOS do Estado de São Paulo (www.seade.gov.br).

MATTEO, M. “A dinâmica da localização industrial na Área Metropolitana de São Paulo”. Dissertação de Mestrado, EAESP/FGV, fev. 1990.

NEGRI, B. *A interiorização da indústria paulista (1920-1980)*. São Paulo, Fundação Seade/Unicamp, 1988 Coleção Economia Paulista, vol. 2).

PACHECO, C. A. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Pine Forges Press. Thousand Oaks, 1994.

SCOTT, A. – “Regional motors of the global economy”. Futures, vol. 28, nº 5, pg. 391-411. Elsevier Science Ltd. London, 1996.